

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 12ª REGIÃO – CRESS/SC.

**Editais n. 01/2021 - Tomada de Preços
Processo Administrativo n. 15/2021**

LEONARDO FALCÃO RIBEIRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.074.636/0001-34, escritório de advocacia inscrito no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RO sob o nº de registro 028/2016, com sede no endereço profissional Situado à Rua Dom Pedro II, 637, Ed. Centro Empresarial Porto Velho, 5º andar, Sala 512, bairro Caiari – Porto Velho/RO, CEP 76.801-910, primeira filial localizada na Rua Conselheiro Laurindo, nº 600, 7º andar, sala 705, Centro em Curitiba/PR, CEP 80.060-100 e segunda filial localizada na Rua Araújo Figueiredo, n. 119, Edf. Velloso, 12º andar, sala 1205, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.010-520 endereço de e-mail: leonardo@advocacialfr.adv.br, contato@advocacialfr.adv.br, luiza@advocacialfr.adv.br, neste ato representado por seu sócio proprietário, Dr. Leonardo Falcão Ribeiro, advogado devidamente inscrito na OAB/RO sob o nº 5.408, vem, respeitosamente, apresentar, com fulcro na Lei Federal n. 8.666/93

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face do resultado da pontuação geral do processo licitatório n. 15/2021, modalidade tomada de preços nº 01/2021, na qual atribuiu a esse recorrente a pontuação total de 63 (sessenta e três) pontos, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

I – DA TEMPESTIVIDADE


É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, uma vez que a lavratura da ata deu-se no dia **04 de outubro de 2021**. Sendo o prazo legal para a apresentação da presente medida recursal de 05 (cinco) dias úteis, conforme reza a **alínea a do inciso I do artigo 109, da Lei Federal n. 8.666/93 e de igual forma, a própria ata de reunião lavrada em 04/10/2021**

Assim, são as razões ora formuladas tempestivas, uma vez que o termo final do prazo recursal na esfera administrativa apenas se dará em data de 08 de outubro do ano em curso, razão pela qual deve essa respeitável Comissão de Licitação conhecer e julgar a presente medida

II – DOS FATOS

Este escritório de advocacia ora recorrente participou do procedimento licitatório intitulado como Tomada de Preços nº 01/2021. Referida licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestar serviços de consultoria e assessoria jurídica nas mais diversas áreas de necessidade do Conselho Regional de Serviço Social da 12ª Região.

A abertura da licitação ocorreu em 01 de outubro de 2021 oportunidade em que verificou-se a existência dos proponentes, seus registros perante o ca-



dação de registro de fornecedores do Conselho, conferência dos envelopes e documentos, dando continuidade ao procedimento com abertura dos envelopes das propostas técnica.

Posteriormente, na data de 04 de outubro de 2021 iniciou-se a segunda sessão designada para o julgamento das propostas, realizando a aferição da nota técnica.

Contudo, ao analisarem a documentação da proposta técnica desse recorrente, a CPL não concedeu a esse os pontos que realmente dever-lhe-iam serem atribuídos, de modo que o licitante ora recorrente ficou com uma pontuação baixa que não compreende de fato a soma da pontuação que lhe era devida em virtude do rol dos documentos apresentados.

Não foram consideradas a totalidade dos documentos apresentados, devidamente inseridos dentro dos envelopes entregues ao Conselho Regional de Serviço Social.

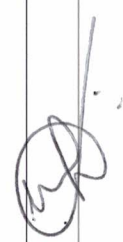
III - DAS RAZÕES DO RECURSO

III.1 – Da Contagem Errônea na Pontuação

O somatório da pontuação deste licitante não confere com a realidade da documentação apresentada.

Esse licitante não apresentou somente 02 (dois) atestados de capacidade técnica condizentes com o objeto da licitação e capazes de pontuar. Longe disso. Apresentou entre os documentos requeridos a totalidade dos atestados técnicos emitidos em seu nome, o que compreende a somatória de 13 (treze) atestados.

Observe a ata se sessão de julgamento:



representando, verificando o seguinte: Atinayde & Advogados Associados, atuante desde 06/11/2002, obtendo 15 (quinze) pontos, comprovou a prestação de 03 (três) serviços perante pessoas jurídicas de direito público, obtendo 04 (quatro) pontos, e apresentou comprovação de conclusão de Especialização na área de Direito Tributário, obtendo 05 (cinco) pontos, Leonardo Falcão Ribeiro Advogado, atuante desde 25/01/2017, obtendo 05 (cinco) pontos, comprovou a prestação de 02 (dois) serviços perante pessoas jurídicas de direito público, obtendo 03 (três) pontos e apresentou comprovação de conclusão de Especialização em Direito Público, obtendo 05 (cinco) pontos, Zoega Advogados, atuante desde 29/03/2001, obtendo 15 (quinze) pontos, comprovou a prestação de 02 (dois) serviços perante pessoas jurídicas de direito público, obtendo 03 (três) pontos, e apresentou comprovação de Conclusão de Especialização em Direito Civil, obtendo 02 (dois) pontos, Zrolanek.Regis Advogados, atuando desde 15/09/2008, obtendo 15 (quinze) pontos, comprovou a prestação de serviços 03 (três) serviços perante pessoas jurídicas de direito público, obtendo 03 (três) pontos.

De acordo com a ata da sessão de julgamento de propostas é possível observar que somente consideraram e computaram 02 (dois) atestados de capacidade técnica.

Tal fato prejudica esse recorrente de forma demasiada visto que a licitação compreende o tipo técnica e preço e de acordo com o item 9.2.3 o critério de experiência material é definido pela demonstração da capacidade técnica do proponente, com a apresentação dos atestados comprovando a prestação de serviços consoantes com o objeto da licitação.

Em decorrência da ausência de indicação do órgão emissor do atestado de capacidade técnica, não se sabe quais foram os atestados contabilizados, contudo, sabe-se que a Comissão de Licitação deixou de contabilizar vários atestados apresentados por esse licitante.

Dentre os documentos inseridos no envelope devidamente lacrado, entregue no CRESS-SC de forma tempestiva, estavam os atestados abaixo indicados:

1º - Atestado emitido pelo Conselho Regional de Administração de Rondônia. O qual figura como conselho de fiscalização profissional e ao atestado deveria ser atribuído 02 (dois) pontos, de acordo com a alínea a do item 9.2.3 do edital de licitações.

2º - Atestado emitido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia. O qual figura como conselho de fiscalização profissional e ao atestado deveria ser atribuído 02 (dois) pontos, de acordo com a alínea a do item 9.2.3 do edital de licitações.

3º - Atestado emitido pela Câmara Municipal de Primavera de Rondônia. O qual figura como pessoa jurídica de direito público e ao atestado deveria ser atribuído 01 (um) ponto, de acordo com o disposto na alínea b do item 9.2.3 do edital de licitações.

4º - Atestado emitido pela Câmara Municipal de Castanheiras. O qual figura como pessoa jurídica de direito público e ao atestado deveria ser atribuído 01 (um) ponto, de acordo com o disposto na alínea b do item 9.2.3 do edital de licitações

5º - Atestado emitido pela Câmara Municipal de Santa Luzia D'Oeste. O qual figura como pessoa jurídica de direito público e ao atestado deveria ser atribuído 01 (um) ponto, de acordo com o disposto na alínea b do item 9.2.3 do edital de licitações.

6º - Atestado emitido pela Câmara Municipal de Seringueiras. O qual figura como pessoa jurídica de direito público e ao atestado deveria ser atribuído 01 (um) ponto, de acordo com o disposto na alínea b do item 9.2.3 do edital de licitações.

Os seis atestados supracitados deveriam totalizar 08 (oito) pontos. Número totalmente diferente do indicado na ata da sessão de julgamento ora objeto de recurso. Ocorre que além dos atestados acima indicados, haviam muitos outros no rol dos documentos apresentados. Além dos atestados emitidos pelas Câmaras municipais e pelos Conselhos de fiscalização, tinham os seguintes atestados:

7º - Atestado emitido pela empresa pública Itaipu Binacional. O qual figura como empresa pública e ao atestado deveria ser atribuído 01 (um) ponto, de acordo com o disposto na alínea b do item 9.2.3 do edital de licitações.

8º - Atestado emitido pela empresa pública Caixa Econômica Federal do Estado de Rondônia e ao atestado deveria ser atribuído 01 (um) ponto, de acordo com o disposto na alínea b do item 9.2.3 do edital de licitações;

9º - Atestado emitido pela empresa pública Caixa Econômica Federal do Estado de Tocantins e ao atestado deveria ser atribuído 01 (um) ponto, de acordo com o disposto na alínea b do item 9.2.3 do edital de licitações;

10º - Atestado emitido pela empresa pública Caixa Econômica Federal do Estado da Bahia e ao atestado deveria ser atribuído 01 (um) ponto, de acordo com o disposto na alínea b do item 9.2.3 do edital de licitações;

11º - Atestado emitido pela empresa pública Caixa Econômica Federal do Estado do Paraná e ao atestado deveria ser atribuído 01 (um) ponto, de acordo com o disposto na alínea b do item 9.2.3 do edital de licitações;

12º - Atestado emitido pela empresa pública Caixa Econômica Federal do Estado de Sergipe e ao atestado deveria ser atribuído 01 (um) ponto, de acordo com o disposto na alínea b do item 9.2.3 do edital de licitações;

13º - Atestado emitido pela empresa pública Caixa Econômica Federal do Estado de Alagoas e ao atestado deveria ser atribuído 01 (um) ponto, de acordo com o disposto na alínea b do item 9.2.3 do edital de licitações;

Para fins de contabilidade dos pontos, os atestados emitidos pela Caixa Econômica Federal, pela Itaipu Binacional, Câmaras Municipais e Conselhos de Classe deveriam ter sido considerados também visto que são pessoas jurídicas de direito público.

Esse recorrente somente prestou e presta serviços para as empresas acima indicadas em decorrência de ter logrado êxito nos processos administrativos instaurados com objetivo de contratar escritório de advocacia para prestar assessoramento jurídico.

Ademais, importante mencionar que todos os atestados emitidos são totalmente compatíveis com o objeto da licitação desse Conselho de Serviços Sociais e atendem perfeitamente o disposto no item 9.2.4 do edital de licita-



ções, tendo esse licitante se vinculado de forma plena ao instrumento convocatório.

Após o exposto, resta nítido que a comissão de licitações do CRESS-SC errou ao atribuir a somatória de apenas 03 (três) pontos para esse licitante. Não se sabe se a CPL não viu todos os atestados inseridos no rol dos documentos ou se mesmo vendo os atestados não atribuiu a esses os pontos devidos.

O que se sabe é que a pontuação não compreende com a realidade deste licitante que não pode ser prejudicado por uma falha da Comissão de Licitação.

Deste modo, requer-se que a pontuação seja revista, sendo os pontos corretos, justos e devidos atribuídos a esse recorrente que não pode ser prejudicado e ter uma pontuação menor em decorrência de fatores alheios.

Senhor Ilustríssimo Presidente da comissão permanente de licitação, observe que na ata de julgamento de propostas sequer há a indicação dos atestados que foram pontuados, o que afeta diretamente o presente recurso administrativo, na sua acepção de ampla defesa e contraditório, normas de cunho constitucional previstas no art. 5º, LV da CF/88.

Como pode o licitante realizar um recurso devidamente fundamentado se sequer sabe o que aconteceu na análise dos documentos. Reitera-se: Não se sabe se a CPL não viu todos os atestados inseridos no rol dos documentos ou se viu e decidiu por não atribuir a esses os pontos devidos.

Porém, esse licitante atesta que incluiu TODOS os atestados já emitidos em seu nome no rol dos documentos, até mesmo os provenientes de pessoas jurídicas de direito privado, não podendo aceitar que somente lhe sejam atribuídos 03 (três) míseros pontos.

Esse escritório de advocacia prestou e presta serviços jurídicos para os mais diversos órgãos e empresas com grau de eficiência, qualidade e pontualidade, conforme descrito nos próprios atestados, não podendo aceitar a rejeição dos atestados apresentados ou mesmo sua não consideração.



O objeto da licitação é exatamente nos mesmos moldes do objeto do contrato de prestação de serviços firmado entre o órgãos e empresas emissoras dos atestados e esse escritório de advocacia.

Os atestados de capacidade por si só demonstram que o licitante ora recorrente possui experiência comprovada, tendo aptidão para prestar os serviços jurídicos para o Conselho licitador com presteza, competência, zelo, habilidade e produtividade, visto que já sabe como funciona um Conselho de Classe.

Observe que assessorar esse Conselho não seria uma novidade, não estaria esse escritório atuando em um campo desconhecido, visto que já conta com a expertise necessária para prestar consultoria no acompanhamento dos procedimentos administrativos e judiciais de interesse do órgão.

Nesse sentido, destaca-se que esse escritório de advocacia ora recorrente possui mais de 11 (onde) atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público, possuindo diversos contratos de serviços jurídicos com Conselhos de Classe, Caixa Econômica Federal, Câmara Municipal, além de outras várias empresas jurídicas, sendo absolutamente capaz, apto e qualificado para, vencendo a licitação, realizar o objeto desta que é assessorar juridicamente o CRESS SC.

II - DO PEDIDO

Diante do exposto, REQUER à essa respeitável Comissão de Licitação que se digne a deferir o presente recurso administrativo, para assim sanar o erro anteriormente cometido no ato do julgamento da habilitação, para:

- 1) Considerar os atestados apresentados no rol dos documentos, atribuindo ao licitante a pontuação correta que de fato lhe é devida.
- 2) Efetuar a nova classificação do licitante com os cálculos apresentados.



Nesses Termos,
Pede e espera deferimento.

Florianópolis/SC, 05 de outubro de 2021


LEONARDO FALCÃO RIBEIRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ nº 27.074.636.0001-34.

IFR